

### 3

## A formação da família, a chegada dos filhos e o divórcio



Pierre Puvis de Chavannes (1824-1898)  
La jeune mère dit aussi La Charitévers 1887 (Paris, musée d'Orsay)

*“Família é quem você escolhe pra viver  
Família é quem você escolhe pra você  
Não precisa ter conta sanguínea  
É preciso ter sempre um pouco mais de  
sintonia”.*

**Música:**  
*Não perca as crianças de vista  
(O Rappa, 2005)*

A família é uma das organizações mais complexas e significativas para a sociedade. Trata-se de uma instituição formadora de valores, crenças e atitudes dos membros que a constituem. As experiências vivenciadas nesta entidade social englobam a convivência das singularidades de cada um de seus integrantes. Torna-se difícil pensar a família como um todo, já que ela significa muito mais do que a simples soma de suas partes. O sistema familiar se transforma através do tempo, sofrendo influências das gerações anteriores e das que estão por vir, ou seja, dos membros que deixaram de fazer parte dela e daqueles que ainda farão (Carter & McGoldrick, 2001).

A família é uma organização que se diferencia basicamente das demais pelo caráter único de seus integrantes, ou seja, ela é constituída por pessoas que não são substituíveis, mesmo que deixem de exercer, por algum motivo, as respectivas funções e papéis. A família é regida e tem seu próprio sentido e fundamento no relacionamento mantido entre seus membros. Assim, independente das funções ou papéis assumidos, a família é uma instituição primordialmente emocional formada por uma, duas, ou mais freqüentemente, três gerações. Além disso, percebe-se que existe naturalmente uma grande mistura e inter-influência multifacetária entre estas gerações (Carter & McGoldrick, 2001).

Os papéis e funções desempenhados pelos membros da família eram bastante demarcados e definidos em momentos históricos passados, como por exemplo, nos arranjos patriarcais na Brasil colonial (Freire 1951,1973). Com o advento da modernidade, e a conseqüente expansão do individualismo em nossa cultura contemporânea, esses papéis tornaram-se mais difusos, e existe uma diversidade de configurações familiares e de valores a elas atribuídos. Vivenciamos o conflito entre os valores da família e o individualismo. “O valor conferido ao individualismo no mundo ocidental parece estar pondo em cheque o valor atribuído à família como princípio social balizador.” (Machado, 2001, p.12).

A família contemporânea, ou seja, aquela que predomina desde meados do século XX até o início do século XXI, caracteriza-se por apresentar modelos e configurações variadas, baseados em padrões conjugais mais flexíveis. Vivemos uma crise de identidade masculina e feminina aliada à proliferação de questionamentos dos papéis familiares e das práticas conjugais. Esta crise psicossocial gera inúmeras possibilidades de redefinição dos padrões que foram fundamentados no patriarcalismo e no androcentrismo, possibilitando a transformação da relação homem e mulher e a produção de novas subjetividades (Diniz Neto & Féres-Carneiro, 2005).

Giddens (1993) relaciona os movimentos sociais que ocorreram a partir dos anos 60/70 com as transformações da vida afetiva. Ele discorre sobre a mudança nos tipos de relações amorosas, que passaram do “amor romântico idealizado”, para o “amor ativo ou confluyente”. O “amor romântico”, presente na família moderna, distinguia-se pela idealização, por fantasias de submissão e de encantamento. Já o “amor confluyente”, característico da família contemporânea,

possibilita às pessoas se conhecerem “de verdade”, terem consciência de suas escolhas e liberdade nas suas decisões. Esta modificação na vida afetiva está relacionada com mudanças sociais e com a evolução da família moderna em direção ao modelo contemporâneo ou pós-moderno. A relação afetiva passa a ser construída sob pressão social mais branda, permitindo a maior possibilidade de experimentação. A felicidade sexual e afetiva recíproca passa a ter importância central no relacionamento, que tem seus limites e funções negociados e estipulados pelo casal.

Mais recentemente, as pessoas tornaram-se livres para escolher com quem casar, optar se terão ou não filhos, quantos terão e como organizarão a própria família. No entanto, muitos se esquecem do caráter indissolúvel de determinados laços familiares, mesmo que aparentemente se mostrem finitos. O relacionamento conjugal dissolvido, com a presença da prole, por exemplo, implica numa relação vitalícia entre os parceiros como co-progenitores de seus filhos (Carter & McGoldrick, 2001).

Toda família segue um ciclo de vida que é descrito com base em teorias diferentes por diversos autores. Alguns autores atribuem maior ou menor número de estágios a este ciclo, enfatizando algum aspecto particular do desenvolvimento familiar. De modo geral, o ciclo familiar é dividido de acordo com eventos nodais como o casamento, o nascimento e a criação dos filhos, a saída dos filhos de casa, a aposentadoria e a morte (Duvall, 1988). Apesar das variações dos construtos teóricos, todos os autores, no entanto, estão de acordo com a idéia de que o rompimento de algum estágio no ciclo vital repercutirá e afetará todos os membros da família.

Carter e McGoldrick (2001) acentuam que os aspectos culturais exercem importante influência na forma como a família percorre o seu ciclo de vida. As diferenças sócio-culturais propiciam que diversos grupos dividam os estágios de maneira variada, assim como as tarefas desempenhadas em cada fase por cada um dos integrantes. Os parâmetros que delimitam os estágios são, portanto, arbitrários e variáveis, devendo, desta forma, ser abordados dentro de uma perspectiva sócio-cultural e histórica específica. Pois, ao longo da história da humanidade, muitas concepções foram emergindo de acordo com os diversos contextos sócio-históricos, como por exemplo, a noção de infância e adolescência, nos séculos

XVIII e XIX respectivamente; a noção de individualismo no século XX; a independência das mulheres no final do século XX e a proliferação do número de divórcios e recasamentos no século XXI (Ariès, 1981; Machado, 2001). No mundo contemporâneo, diante da ampla possibilidade de arranjos e estruturas familiares, torna-se difícil mencionar um padrão único normal para o ciclo de vida familiar.

De acordo com a teoria do desenvolvimento da família, no decorrer da vida familiar, alguns acontecimentos do desenvolvimento individual servem como marcos que influenciam todo o sistema. Segundo Carter e McGoldrick (2001) o momento no qual os jovens adultos tornam-se pais representa um marco significativo no ciclo de desenvolvimento da família, representando acima de tudo a sua expansão. O momento de gerar os filhos no processo de formação de uma família pode ser considerado um exemplo de enfrentamento crítico. Esta fase mostra-se vital para a construção da família nuclear. Durante este período, que se inicia durante a gestação, ocorre a transformação e conseqüente ampliação do sistema conjugal para o parental. Neste momento, os sentimentos de maternagem e paternagem são respectivamente despertados na mulher e no homem.

No entanto, este processo de aprender a desempenhar novas funções e assumir o papel de mãe e de pai nem sempre ocorre de forma equilibrada entre o casal e adequada para atender às adaptações exigidas pela chegada do novo ser. Esta mudança de estado pode gerar uma série de conflitos emocionais e relacionais entre o casal, que poderão ser amenizados à medida que o vínculo entre a tríade mãe, pai, bebê torna-se mais forte (Carter & McGoldrick, 2001)

Para Brandt (2001) “*não existe estágio que provoque mudanças mais profundas ou que signifique desafio maior para a família nuclear e ampliada do que a adição de uma nova criança ao sistema família*” (p. 206). Desta forma, o nascimento do primeiro filho ou de mais um, pode representar a fase do desenvolvimento familiar sujeita a índices mais elevados de divórcios. Este momento de mudança requer que os jovens adultos avancem uma geração e passem a cuidar dos mais novos. Os conflitos mais freqüentes decorrem das dificuldades que o casal enfrenta para se reajustar na nova estrutura familiar, manter novos relacionamentos entre si, com os filhos, demais membros de ambas as famílias (materna e paterna), além da possível recusa ou incapacidade para

assumir adequadamente as responsabilidades e tarefas parentais. Surgem, também, desacordos e conflitos quanto às divisões de tarefas domésticas que nem sempre são equivalentemente divididas. Tanto o homem quanto a mulher precisam renunciar, em parte, aos seus interesses profissionais e pessoais para se dedicar ao lar. No entanto, estas modificações, em muitos casos, podem ocorrer de forma desigual, recaindo sobre a mulher a maioria das responsabilidades com relação ao filho e as conseqüentes abdições em sua rotina e disponibilidade profissional. Posteriormente, o casal irá se deparar com outro momento de conflito. O período no qual serão discutidas, entre o casal, opiniões e idéias a respeito de limites e formas de exercer autoridade com os filhos (Carter & McGoldrick, 2001).

Tornar-se um progenitor, portanto, é mais do que um evento biológico, pois implica em extensas alterações psicológicas e sociais. A associação de uma nova criança à família é um desafio, pois irá modificar as relações e o equilíbrio no mundo do trabalho, no relacionamento conjugal, nas atividades de lazer, e na relação com os demais membros da família e amigos. Além disso, “ter um filho” trata-se de uma experiência carregada de significados profundamente diferentes para homens e mulheres. Ambos devem se voltar para a vida doméstica. No entanto, encontramos certa dificuldade na contemporaneidade, das pessoas criarem espaço, ambiente e disponibilidade suficientes para cuidar e educar uma criança. Muitas vezes, as atividades profissionais e os interesses pessoais ocupam posição prioritária nas suas vidas. Além disso, o paradigma da igualdade sexual entre homens e mulheres exacerba os conflitos gerados pela negociação da divisão de tarefas e obrigações relacionadas ao lar (Brandt, 2001).

No Brasil, dados do IBGE demonstraram que somente metade dos homens realizava tarefas domésticas em 2006, 51,4%. No entanto, 9 em cada 10 mulheres possuíam essa função ou mesmo obrigação. As mulheres que trabalham fora não deixam de realizar os afazeres domésticos. Verificou-se que as mulheres gastam o dobro de tempo semanal que os homens desempenhando essas tarefas (IBGE, 2007).

Segundo Carter e McGoldrick (2001), o índice de divórcio aumenta com a chegada de um filho na vida do casal. As famílias com filhos pequenos sofrem mudanças maciças que representam grande instabilidade para a vida conjugal. São necessários novos arranjos financeiros e da rotina do casal. Sobretudo o papel

feminino é profundamente atingido e modificado com a chegada de um bebê. O paradigma de igualdade entre homem e mulher é colocado à prova e geralmente cai por terra. Geralmente a mulher se vê com dificuldade de ajustar a nova realidade doméstica ao mundo do trabalho.

A família vem sendo considerada como um sistema complexo formado por uma série de subsistemas que estão em constante interação, influenciando e sendo influenciado pelos outros. Podemos enumerar alguns exemplos de subsistemas: pai-mãe, irmão-irmão e pais-filhos. Além da dinâmica familiar interna, outros sistemas externos à família exercem importante influência nas interações e no desenvolvimento dos seus membros, como por exemplo, o trabalho, a escola, a comunidade, e a rede social. Por isso, é fundamental a investigação da influência e interdependência tanto de processos intra quanto extra-familiares. Pois, segundo uma visão ampla do desenvolvimento humano, todo o ambiente sociocultural e historicamente construído que circunscreve a família irá influenciar em diversos níveis de ação e interação o desenvolvimento, físico, emocional e psicológico de seus membros (Bronfenbrenner, 1996; Suizzo, 2002).

“...Precisamos reconhecer que há vários tipos de "famílias", que os papéis maternos e paternos são multidimensionais e complexos e que pais e mães desempenham papéis diferentes em contextos culturais diferentes. Para compreender como a "família" funciona, é preciso, sobretudo, estudar as interações e relações desenvolvidas entre os diferentes subsistemas familiares, o contexto histórico, social e econômico no qual as "famílias" estão inseridas e a "família" em diferentes contextos culturais.” (Dessen & Neto, 2000, editorial).

As mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas causaram transformações profundas na estrutura e na dinâmica da família. Apesar disso, esta entidade manifesta capacidade de sobreviver e de se adaptar através de diferentes arranjos e modificações de papéis e funções de seus personagens (Wagner, 2002).

A rede social de apoio se destaca como um dos elementos auxiliares para manter o equilíbrio da dinâmica familiar, principalmente em períodos críticos e de transição como o decorrente de nascimento de filhos. Segundo Dessen e Braz (2000), diversas são as pessoas que podem oferecer suporte à família, oferecendo melhor qualidade de vida para seus membros. Dentre elas, destacam-se os

próprios membros da família, parentes da família extensa (avós, tios, primos), amigos, colegas, vizinhos e profissionais diversos (médicos, enfermeiras, babás, professoras, etc...). A ajuda pode se manifestar de diversas formas: apoio material ou financeiro, auxílio nas tarefas domésticas, nos cuidados com os filhos, no fornecimento de informações ou orientações, ou com suporte emocional. Os apoios sociais recebidos são fundamentais para o enfrentamento de situações estressantes como se tornar pai ou mãe, ou para enfrentar a chegada de mais um filho. Após entrevistar extensivamente 44 mães e observar sessões de brincadeiras mãe-criança, Jennings, Stagg e Connors (1991) avaliaram os efeitos da rede social de apoio na qualidade das interações de mães com crianças em idade pré-escolar. Esses autores concluíram que mães com redes sociais de apoio mais amplas e redes pessoais mais satisfatórias apresentavam comportamento materno mais adequado. Essa adequação se refere à atitude de recompensar mais a criança, agir de forma menos invasiva e controladora, ou seja, respeitando mais os comportamentos de espontaneidade das crianças durante as sessões de brincadeira observadas. Peck e Manocherian (2001) analisam a importância da rede de apoio para as pessoas após a separação ou divórcio. Essas autoras afirmam que os filhos, os membros da família ampliada, os amigos, os amantes, e os colegas de trabalho desempenham papel importante tanto para homens quanto para mulheres. Sendo que os amigos casados se aproximam no início, mas, após um tempo, a tendência é se separar, sobretudo das mulheres. O mais comum é as pessoas separadas formarem novas redes sociais, principalmente com pessoas casadas, se afastando dos amigos do tempo de casado.

Quando falamos em família monoparental, estamos, em parte, nos referindo à situação de separação ou divórcio. Ao investigar a crise no casamento contemporâneo, Jablonski (2005) explica que esta crise se deve a uma série de mudanças sócio-econômicas e culturais sofridas nos últimos anos, e se caracteriza pelo aumento no número de separações e divórcios. Dados do IBGE (2007) demonstram o incremento dos registros de separações e divórcios entre o ano de 1996 e 2006. Este achado, encontra-se relacionado à fatores contemporâneos como o aumento da expectativa de vida dos cônjuges, aliado à redução da influência dos dogmas e idéias religiosas norteando o comportamento social, à

maior liberdade sexual e à difusão e valorização do individualismo no mundo ocidental (Jablonski, 1998).

A quantidade de dissoluções dos casamentos no Brasil por meio de separações judiciais em 2005 teve um incremento de 7,4% em comparação ao ano de 2004. Houve também um crescimento gradativo no número de divórcios, em torno de 17 a 21%, respectivamente na região Norte e Sudeste. Observa-se, ainda, uma hegemonia das mulheres quanto à guarda dos filhos menores. Em 89,5% dos divórcios concedidos no Brasil, a responsabilidade pelos filhos foi concedida às mães no ano de 2005 (IBGE, 2007).

Segundo Peck e Manocherian (2001) dentre os eventos estressantes que podem ocorrer na vida, o divórcio ocupa o segundo lugar, seguindo o falecimento de um dos cônjuges. A separação exige ajustes em diversos setores, emocionais e práticos, de todos os integrantes da família. A resposta de cada indivíduo irá depender da circunstância da separação, da estabilidade emocional, psicológica e sócio-econômica, além da qualidade de vida, do estresse e do apoio disponível nos momentos que antecedem e seguem à separação.

Féres-Carneiro (1998), ao discutir o casamento contemporâneo, indica a separação conjugal como fenômeno crescente nos dias de hoje. A autora coloca que a separação, apesar de representar na maioria das vezes a melhor solução para finalizar uma situação de conflito, traz conseqüências psicológicas e emocionais, em geral dolorosas e estressantes para os cônjuges e os filhos. Em geral, a primeira reação dos filhos à separação dos pais é negativa, no entanto, eles também podem ser capazes de enfrentar a situação de uma forma melhor do que esperada. Féres-Carneiro (2003b) realizou outra pesquisa na qual entrevistou 16 homens e 16 mulheres separados e concluiu, entre outros elementos, que enquanto os homens se sentiam principalmente frustrados e fracassados após a separação, as mulheres vivenciavam, sobretudo, mágoa e solidão. Algumas dessas mulheres relataram especificamente a solidão no ato de criar seus filhos. Esta situação indica, mais uma vez, a importância da presença de uma rede de apoio junto à família monoparental feminina.

Peck e Manocherian (2001) ressaltam que o impacto do divórcio será maior ou menor de acordo com o contexto sociocultural. Determinados grupos étnicos

ou religiosos, ou mesmo famílias mais conservadoras, apresentam um processo de aceitação e de adaptação ao divórcio mais difícil.

Tanto Féres-Carneiro (1998) quanto Kier, Lewis e Hay (2000) acreditam que os efeitos da separação podem ser tanto negativos quanto positivos para todos os membros da família. Kier et al. (2000), mais especificamente, estudaram “explicações maternas para custos e benefícios de experiências de vida após a separação conjugal”, e constataram, após entrevistar setenta e seis mães casadas e separadas, a existência de um leve equilíbrio entre ganhos e desvantagens após a separação. Segundo Peck e Manocherian (2001) a separação ou divórcio pode significar para muitas mulheres a primeira oportunidade na vida na qual se sentem independentes e autônomas, conferindo um senso de bem-estar e competência. Pode haver uma diferença muito grande em relação ao modo como homens e mulheres se ajustam ao divórcio. Em geral, a situação se estabiliza após dois anos.

Nas entrevistas realizadas por Jablonski (1998), as mulheres respondem com níveis mais altos de insatisfação, conflito e tensão relacionados ao casamento do que os homens. Além disso, são as esposas que mais solicitam a separação com maior frequência, apesar de todo o receio do eventual e provável empobrecimento e perdas financeiras que sofrerão. O estudo de Wagner e Grzybowski (2003) revela uma constante preocupação financeira das mulheres separadas, o que é compreensível na atual instabilidade econômica do país.

Diniz Neto e Féres-Carneiro (2005) ressaltam que a mulher, em geral, se adapta mais rapidamente à condição pós-divórcio do que os homens. A reestruturação de vida mais precoce e os níveis de estresse inferiores das mulheres podem estar relacionados ao fato das mães permanecerem, em sua maioria, com a guarda dos filhos após a separação/divórcio (Féres-Carneiro, 2003a).

Grzybowski (2002) discorre acerca das famílias monoparentais, e constata que as transformações ou mesmo desestabilizações causadas pelo divórcio na vida das pessoas podem gerar crescimento pessoal dos membros da família. No entanto, a investigação realizada pela autora demonstrou que as mulheres separadas/divorciadas não se encontram completamente satisfeitas com as sua condição e tendem fortemente a se fechar na relação mãe-filho.

Wagner e Grzybowski (2003) investigaram 51 mulheres separadas/divorciadas, de idades variadas, que possuíam a guarda do(s) filho(s) e não possuíam parceiro que coabitasse. O estudo concluiu que, de modo geral, essas mulheres apresentam insatisfação com a condição de separadas/divorciadas no que tange os setores profissional, afetivo, familiar ou de amizades. Somente no setor parental elas demonstram estar mais satisfeitas do que antes da separação.

A pesquisa de Wagner e Grzybowski (2003) revelou que essas mulheres apresentavam, na área afetivo-sexual, “escassez de relacionamentos” com o sexo oposto e vida sexual empobrecida. As mulheres que possuíam uma vida sexual ativa mantinham relacionamentos estáveis e pensavam em se recasar, revelando a crença no amor romântico e o desejo de estabelecer relacionamentos mais conservadores. No entanto, a maior parte das mulheres abdicaram de investir no setor afetivo-sexual, dedicando-se primordialmente ao papel parental.

Essas autoras (Wagner & Grzybowski, 2003) ressaltam que a maior dificuldade enfrentada pelas mulheres no período pós-divórcio é de ordem financeira. Geralmente, elas perdem o apoio do ex-cônjuge, sofrendo uma queda no nível socioeconômico. Na área profissional-econômico-financeira, observa-se uma constante preocupação financeira diante da situação de instabilidade econômica e dificuldades para manter o sustento da família.

Do ponto de vista psicológico, as mulheres estudadas por Wagner e Grzybowski (2003) parecem encarar o divórcio, a médio e longo prazo, como fonte de bem-estar, e melhora na qualidade de vida. Esta forma de satisfação somente é alterada pelas preocupações financeiras. Segundo Wallerstein e Kelly (1998), nos primeiros momentos após o divórcio, muitas mulheres vivenciam depressão e solidão, mas com o passar do tempo, tendem a resgatar a auto-estima e o bem-estar, considerando o divórcio como benéfico. Após o passar dos anos, as mulheres (mais do que os homens) acreditam que a vida melhorou, e atribuem um sentimento de crescimento psicológico ao divórcio.

Enquanto as mulheres fortalecem os vínculos com os filhos, tendendo às vezes a se fecharem na díade mãe-filho, os homens encontram dificuldades para manter o vínculo com os filhos, podendo se afastar física e emocionalmente destes (Wagner & Grzybowski, 2003). Segundo Peck e Manocherian (2001), quanto maiores forem os filhos, mais fácil se torna para o pai a construção do vínculo e o

desempenho do papel paterno, pois a criança maior já requer menos cuidados e expressa interesses e personalidade própria, com a qual o pai pode se relacionar.

A rede social de apoio costuma ser extremamente importante para a mulher separada ou divorciada. A vida social das mulheres separadas estudadas por Wagner e Grzybowski (2003) parece se fortalecer somente a partir de um período após a separação, e com o aumento da idade dos filhos. A mulher, com o passar do tempo, reestrutura seus laços sociais, supera a separação, adquirindo uma nova postura, o que facilita a sua aceitação social.

A satisfação parental parece ser o setor de maior auto-realização pessoal na vida das mulheres estudadas por Wagner & Grzybowski (2003). Os cuidados, responsabilidades, a satisfação com a guarda dos filhos, a consciência do papel de mãe e o relacionamento com as crianças surgem como fontes centrais de prazer e significado na vida dessas participantes.

Peck e Manocherian (2001) ressaltam que é de primordial importância para o bem-estar dos filhos após o divórcio, a separação entre papéis parentais e conjugais no processo de redefinição e re-estabilização da família. A criança necessita ter contato contínuo e freqüente com ambas as partes, para se sentir segura e amada. Muitas vezes, o excesso de apego da criança com a mãe, não deixa muito espaço para o pai. O equilíbrio da co-parentalidade traz benefícios para todos integrantes da família.

No capítulo a seguir trazemos o tema parentalidade tratado em espectro abrangente, sob a perspectiva histórica e sociocultural.